

*“[...] Nessa noite de alegria, nós queremos mostrar bem a todos aqui presente o que Enxu Queimado tem [...] Essa história começou lá no Canto de Baixo com o senhor João Correia e a Maria Praxedes, que encontraram esse canto um sossego para eles, outras famílias chegaram para ali também morar, construíram vazante e puseram-se a trabalhar, plantando para comer e também para trocar, também viviam na pesca, na vagem e no alto mar, em uma pequena Jangada sua vida arriscarem, para poder o alimento em suas mesas botarem. Em um dia em suas vidas para as suas pescarias, encontraram um besouro que em seu caminho vivia, em seus enxames crescente aos quais todos temiam, certo dia os pescadores, resolveram se juntar para queimar os baixinhos que ali foram morar, e com esse ato que queima, a essa praia, nomear. Daí surgiu esse nome: Praia de Enxu Queimado [...].”*

*Maria Lídia Lima de Souza (2004)*

*Cordel de Enxu Queimado – Resgatando a Cultura e Construindo a história*

## **“ENXU QUEIMADO EXISTE PORQUE PERSISTE”: UMA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE ENXU QUEIMADO/RN<sup>1</sup>**

## **"ENXU QUEIMADO EXISTS BECAUSE IT PERSISTS": AN ANALYSIS OF SOCIO-TERRITORIAL CONFLICTS IN THE FISHING COMMUNITY OF ENXU QUEIMADO/RN**

Miriam Moura VITAL<sup>2</sup>  
Joana Tereza Vaz de MOURA<sup>3</sup>

**Resumo:** A comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado, localizada no município de Pedra Grande, no Rio Grande do Norte (RN) vem passando por conflitos e conflitualidades que expõem tentativas do avanço do modelo capitalista na apropriação do território. O artigo busca compreender as ações de mobilização realizadas pelos (as) moradores (as) da comunidade organizados lutando para evitar a sua desterritorialização. No processo de ação coletiva, entendemos que esses sujeitos têm o território como objetivo de conquista e essencial para sua existência, portanto, conceituados como um movimento socioterritorial. O desenho metodológico tem caráter qualitativo, ancorado na análise de conteúdo das matérias, referente às notícias em jornais, sites, ou blogs de notícias, levando em consideração as narrativas do movimento e de demais sujeitos envolvidos no conflito, além de entrevistas semiestruturadas com representante da Colônia de Pescadores Z-32 e do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado. Neste contexto, pode-se inferir que o avanço das práticas capitalistas estabeleceu um conflito socioterritorial que vem atingindo a dinâmica das famílias da comunidade de Enxu Queimado, assim como evidenciou-se que a organização das mulheres foi/é fundamental no enfrentamento aos desígnios e interesse de apropriação do território pelo sistema de acumulação capitalista.

<sup>1</sup> Este artigo é parte integrante das investigações em andamento da pesquisa de mestrado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Prefeitura Municipal de Pedra Grande (RN), integrar o Laboratório de Estudos Rurais (LabRural) da UFRN, e a Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA).

<sup>3</sup> Graduada em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem pós-doutorado em Sociologia, pela New York University (NYU). Atualmente é professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, do Instituto de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora e pesquisadora do Laboratório de Estudos Rurais (UFRN) e pesquisadora da Rede DATALUTA.

**Palavras-Chave:** Conflitos Socioterritoriais; Resistência; Território; Comunidade Pesqueira; Movimentos Socioterritoriais.

**Abstract:** The traditional fishing community of Enxu Queimado, located in the municipality of Pedra Grande, in Rio Grande do Norte (RN) has been going through conflicts and conflicts that expose attempts to advance the capitalist model in the appropriation of the territory. The article seeks to understand the mobilization actions carried out by the organized community residents fighting to avoid their deterritorialization. In the process of collective action, we understand that these subjects have the territory as an objective of conquest and essential for their existence, therefore, conceptualized as a socio-territorial movement. The methodological design has a qualitative character, anchored in the content analysis of the articles, referring to news in newspapers, websites, or news blogs, taking into account the narratives of the movement and other subjects involved in the conflict, in addition to semi-structured interviews with a representative of the Colony of Z-32 Fishermen and the Management Committee in Defense of the Fishing Territory of Praia de Enxu Queimado. In this context, it can be inferred that the advance of capitalist practices has established a socio-territorial conflict that has been affecting the dynamics of the families of the community of Enxu Queimado, as well as it has been shown that the organization of women was/is fundamental in confronting the plans and interests of appropriation of the territory by the capitalist system.

**Keywords:** Socio-territorial Conflicts; Resistance; Territory; Fishing Community; Socio-territorial Movements.

## Introdução

Os territórios são constituídos por meio das relações neles estabelecidas, sendo elas permeadas por relações de poder e dominação social, expressas na estrutura de classes sociais. Estas, nitidamente possuem interesses, “fundamentalmente” conflitantes. Essas disputas são representativas de um modelo de organização socioterritorial regulado pelos princípios capitalistas da acumulação, e tem como consequência a exclusão da maior parte da população urbana e rural da riqueza produzida e dos processos decisórios (PEDRON, 2009). Já as populações tradicionais, que não possuem como princípio a acumulação, de acordo com Fernandes et al (2018):

desenvolvem seus territórios a partir de seus modos de vida compostos pela multidimensionalidade em que conhecimento, cultura, trabalho, economia, política, mercado, ambiente e tecnologia são construções sociais que confrontam com o modo de produção capitalista (FERNANDES; CASSUNDÉ; PEREIRA, 2018, p. 09).

Sendo assim, os movimentos socioterritoriais podem ser considerados como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas. Fernandes et. al (2018) reforçam que para os movimentos socioterritoriais a defesa de seus territórios é essencial para sua existência. Neste sentido, compreende-se movimentos socioterritoriais como movimentos que têm o território como

objetivo de conquista e essencial para sua existência, ou seja, o território é a razão de ser, sem a qual não existiriam (PEDON, 2009; FERNANDES, 2005), logo, os movimentos socioterritoriais “dizem respeito ao conjunto de mobilizações populares que, além da conquista do território, têm sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade” (PEDON, 2009, p. 227).

Mediante ao exposto, no sentido de ampliar a compreensão sobre os movimentos socioterritoriais, realizou-se este estudo para compreender o caso da comunidade pesqueira de Enxu Queimado, localizada em Pedra Grande/RN, que em 2007, passou a “travar” uma luta e vivenciar conflitos, com a empresa Teixeira Onze, que intensificou as reivindicações e passou a lutar pela posse da terra, buscando desterritorializar as famílias que viviam no local há mais de 100 anos (BRASIL DE FATO, 2022). Em meados de 2020, esse conflito se acirrou e, aproveitando o contexto da pandemia da COVID-19 (SARS-CoV-2), a empresa retornou à comunidade com mais violência e opressão. Uma parte da comunidade se articulou, tendo como lideranças mulheres, e criaram um comitê gestor para lidar com a ameaça socioterritorial, articulando parcerias em diversos âmbitos (municipal, estadual e federal), acionando o Ministério Público Federal (MPF) contra as ações dessa empresa e o Comitê Estadual de Resolução de Conflitos Fundiários (CERCFR). Desde então, é constante o embate no território.

Neste cenário, tem-se como questão de investigação: quais as formas de articulação que a comunidade tradicional pesqueira de Enxu Queimado tem lançado mão para se organizar e para enfrentar os processos de desterritorialização que vem sofrendo pelas empresas do mercado imobiliário, desde meados de 2007?

Assim, o nosso objetivo é realizar o resgate histórico deste conflito socioterritorial, identificar os sujeitos e a cronologia do processo organizativo, partindo da compreensão de que a organização dos sujeitos se caracteriza como um movimento socioterritorial de resistência em defesa e manutenção do território.

De modo a cumprir os objetivos propostos se desenvolveu um desenho metodológico de caráter qualitativo, com pesquisa de informação que inclui coleta de notícias da mídia, consulta de sites, blogs, e entrevistas dos atores nestes meios de comunicação supracitados, além de entrevistas semiestruturadas, com a representante da Colônia de Pescadores e com três integrantes do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado. As entrevistas para essa etapa ocorreram entre agosto e outubro de 2022. A análise dos conteúdos coletados levou em consideração os discursos das sujeitas envolvidas e as narrativas das lideranças comunitárias, ou seja, buscamos explicitar e sistematizar o conteúdo das

mensagens e a expressão deste conteúdo (BARDIN, 2011).

Para alcançar os objetivos propostos dividiremos o texto em quatro partes, sendo a primeira a conceituação sobre território, os conflitos e as conflitualidades, na segunda parte iremos explanar sobre a caracterização da comunidade pesqueira de Enxu Queimado/RN, logo após versaremos sobre a historicidade: conflito e r-existência para na sequência, explanar sobre a formação do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado e por fim, apresentar as considerações finais.

### **O Território, os conflitos e as conflitualidades**

O conceito de território é frequentemente usado no senso comum. Entretanto, o conceito varia de acordo com a corrente de pensamento, assim como com a abordagem que se realiza. O conceito comum adotado o relaciona ao espaço, definido a partir de uma relação de poder.

Essa compreensão é fundamental para a discussão aqui proposta, conforme Sánchez (1991), é fundamental considerar que o espaço geográfico não seja apenas representado como suporte físico, inerte, para uma estrutura social, pois o espaço é uma variável que interfere nos processos históricos enquanto fator, levando a atuações distintas.

Desta forma, podemos inferir que dentre as várias formas como o território é compreendido, há o entendimento do mesmo território enquanto um produto social e histórico. Corroborando, com este pensamento Santos (2005) afirma que:

Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 2005, p. 255).

Raffestin (1993) define a construção do território a partir de relações sociais no espaço baseadas na correlação de forças e poder:

O território, nessa perspectiva, é um espaço, onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 46).

Neste sentido, o espaço é transformado em território pela atuação dos agentes sociais, políticos, econômicos que tem contribuído para formar um caráter político, pelas diversas formas de poder e controle, o que fica bastante evidenciado nas territorialidades dos grupos políticos ali estabelecidos.

Para Fernandes (2008), o território, além destas dimensões conta com a dominação, conflito e liberdade, que devem ser compreendidos na multiescalaridade e multidimensionalidade, ou seja, envolvendo a complexidade das várias dimensões sociais, econômica, política, cultural, ambiental, psicológica etc, influenciando as diversas relações socioterritoriais. Desta forma, para o autor as várias dimensões o constituem e lhe atribuem forma e conteúdo. Deste modo, compreender o território e o seu desenvolvimento é, portanto, observar a materialidade da luta de classes, da luta entre dominantes e dominados.

De acordo com Fernandes (2005) os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais, Em que:

O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades composicionais e completivas dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional (FERNANDES, 2005, p. 27).

Segundo Fernandes (2005), as relações sociais transformam o espaço e criam diversos tipos de território e vice-versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. Desta forma, para o autor:

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. (FERNANDES, 2005, p. 28).

Fernandes (2005; 2009) diz que o território é multidimensional e multiescalar, contendo espaço material e imaterial e diversas “intencionalidades” que podem produzir contradição, solidariedade e conflitualidade, sendo o território um local dinâmico de conflito e confronto entre projetos políticos concorrentes que utilizam práticas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) para alcançar os seus objetivos, assumindo formas materiais e imateriais (FERNANDES, 2000).

Desta forma, infere-se que os movimentos socioterritoriais não são apenas produzidos por ocupações de terra, como comumente pensa-se, mas incluem qualquer tentativa de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promover um projeto político (HALVORSEN; FERNANDES e TORRES, 2021).

Os movimentos socioterritoriais surgem por meio de tentativas de se apropriar do espaço - por meio de processos TDR na realização de objetivos estratégicos de existência. O território apropriado é, por sua vez, objeto de disputa de movimentos que buscam conquistar uma fração do território disputando contra os projetos hegemônicos de corporações capitalistas com apoio do Estado. (HALVORSEN; FERNANDES e TORRES, 2021, P. 27).

No que se refere às conflitualidades, Sobreiro Filho (2013, p. 486) cita em seus estudos, que em muitos casos, os processos de conflitualidade que ocorrem nos territórios não são compreendidos como parte dos processos e da natureza do capitalismo, sendo visto como aquilo que impede o desenvolvimento, que se impõe como um entrave, etc.

Desta forma, alguns conflitos são vistos como sinônimos de atraso, devendo ser evitados por serem obstáculo ao desenvolvimento (SOBREIRO FILHO, 2013). É notório, que na comunidade pesqueira que se deu este estudo, intercorre uma disputa territorial representada por dois modelos de desenvolvimento antagônicos. Sendo, por um lado, representado pelos povos tradicionais que lutam e resistem pela garantia de seus direitos socioculturais e permanência em seus territórios. E, do outro lado, o grande capital representado pelas empresas privadas que chegam nos territórios, sem diálogo, agredindo o meio ambiente e os animais, além de, em nome do desenvolvimento, desterritorializar as famílias que ali vivem há décadas.

O que vem ocorrendo nas comunidades tradicionais pesqueiras no estado do Rio Grande do Norte, não difere do que ocorre nas comunidades camponesas em todo Brasil, que lutam pela permanência em seus territórios. No entanto, ressaltamos que os conflitos envolvendo as comunidades tradicionais atualmente vão para além do latifúndio e da distribuição de terras. Oliveira (1991) diz que as questões que envolvem o campo brasileiro são frutos do desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua fase monopolista, assim como Fernandes (2014) aborda em seus estudos que o conflito é resultado dos processos de desigualdade produzidos pelo desenvolvimento do capitalismo e ressalta que o sentido da esperança está na luta pela existência, na resistência contra o capitalismo que destrói constantemente os territórios camponeses (FERNANDES, 2021).

Quando analisamos estudos de países da América Latina, no que tange aos conflitos

(processos de disputa pelo território) em comunidades tradicionais autores como Dominguez (2019), Jara et al. (2021) e Herrera et al. (2018), também observam a forte influência do capitalismo, neste processo de desterritorialização das comunidades tradicionais, embora existam especificidades, esses processos ocorrem de forma semelhantes.

Neste contexto, reconhecer as expressões das contradições dos modelos de desenvolvimento em questão por meio da resistência exercida pelos povos tradicionais exemplifica que o capitalismo não é uma totalidade e que dentro dele se manifestam outras relações sociais que não estão estruturadas na lógica da exploração da mais-valia e/ou na busca pela maximização dos lucros.

Podemos citar Fernandes (2009) quando analisa o território em sua totalidade, ressaltando que as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões; portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que possibilita compreender os territórios nos aspectos materiais e imateriais. Desta forma, a essência da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia (FERNANDES, 2009).

De tal maneira que a conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as separações de classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2008). Deste modo, frente aos conflitos pelo território e as ameaças de desterritorialização dos povos tradicionais, observa-se a mobilização e constituição de um território de luta. Neste contexto, os argumentos da permanência das comunidades tradicionais nos territórios constituem o fundamento para a reivindicação pelo acesso à terra e para políticas públicas que garantam água, ou outros bens comuns tradicionalmente usurpados pelo poder hegemônico. Fernandes (2008, p. 06) pontua que:

A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2008. p. 06).

Assim, infere-se que os povos tradicionais, neste campo de disputa promovem a luta e a resistência seja pela permanência em seus territórios ou pelo direito ao acesso às políticas públicas que garantam seus direitos. Já as empresas privadas, ao adentrarem nos territórios

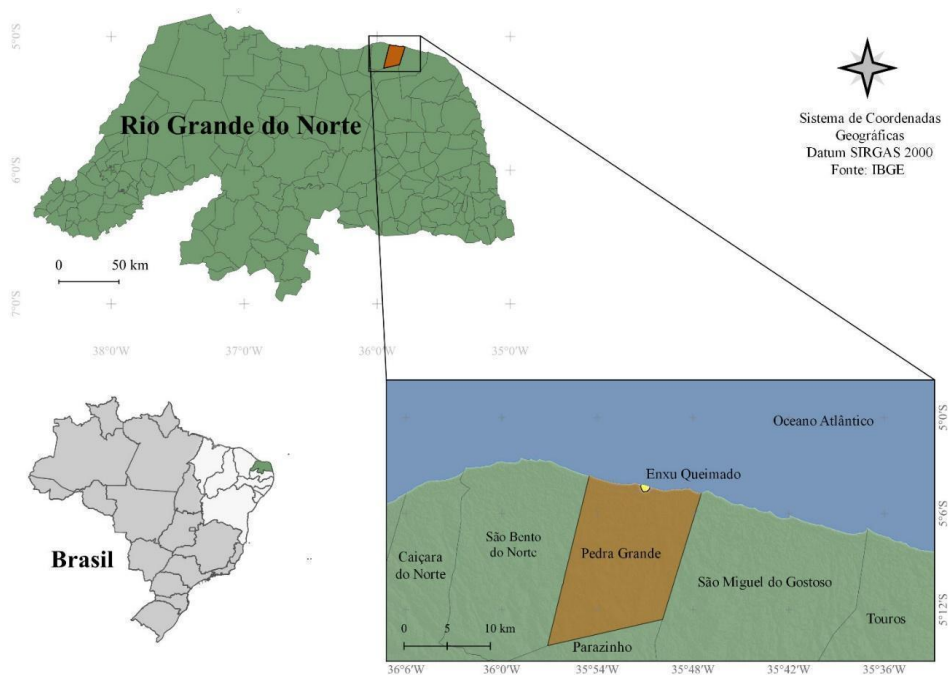
destroem os laços e modo de vida, através dos conflitos e conflitualidades, seja pela ocupação indevida dos espaços ou pelo uso abusivo dos recursos naturais. Desta forma, as relações sociais é a materialização nos espaços e territórios dos movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Dito isto, ressalta-se a importância de se pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades sendo de fundamental relevância para elaboração de políticas públicas.

### Caracterização da Comunidade Pesqueira de Enxu Queimado/RN

O município hoje denominado de Pedra Grande, localizado no Rio Grande do Norte/RN, iniciou-se nos idos de 1919. O povoado foi elevado à categoria de distrito do município de São Bento do Norte, no ano de 1958. Em 07 de maio de 1962, através da Lei nº 2.745, desmembrou-se de São Bento do Norte, tornando-se município e alcançando sua emancipação política (IBGE, 2022).

O município é composto por 10 distritos, em sua zona rural, e dentre eles, encontra-se a comunidade pesqueira de Enxu Queimado (possuindo maior representatividade populacional do município). Ela fica localizada na microrregião do Litoral Nordeste, saindo de Natal, capital do Estado, e indo pelas RN-120 e BR-406 fica a 142 km de distância da capital (Mapa 1).

**Mapa 1** – Localização geográfica da Comunidade de Enxu Queimado no Município de Pedra Grande/RN, Brasil.



Fonte: BUANI (2023).



O nome da comunidade, conforme o relato em entrevista, é originário de abelhas, conhecidas como enxus. Como conta a integrante 03 do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado (2022) os pescadores queimavam as colmeias, para ter acesso a área da praia (local onde ficaram as barracas com o material da pesca), para se protegerem das picadas, de modo que, a comunidade ficou conhecida como Enxu Queimado. Juliana Jane, em entrevista, também ressalta que, de acordo com os relatos dos moradores mais antigos, a comunidade começou a se formar em meados de 1920, bem antes da então emancipação política em 1962, de Pedra Grande. A comunidade teve início no Canto de Baixo, e devido às cheias constantes, foi migrando para a atual localidade, na época conhecida como praia da Esperança e atualmente denominada de praia de Enxu Queimado.

A comunidade se formou devido uma enchente que teve, em canto de baixo. A comunidade surgiu daí, mas esse lugar já era habitado por alguns pescadores, que faziam o percurso para a beira-mar. Aí, quando chegavam, às vezes, chegavam tarde, não tinham como voltar para o Canto de Baixo. [...] como já era um local que eles habitavam, era o percurso para eles poderem ir para a pesca, então, foi depois da enchente, que realmente, a comunidade fundou, que veio a ser formada. (Entrevista realizada com integrante 03 do comitê gestor, em 16 de novembro de 2022).

De acordo com a base de dados do CECAD - Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único, mês de referência agosto de 2022, que registra a quantidades de famílias do município, foi possível verificar, em sua na base de dados, o total de 1.089 famílias registradas na comunidade de Enxu Queimado, sendo deste total identificado 66 famílias com marcação para pescadores(as) artesanais. Em seguida, aparecem os agricultores familiares com 17 famílias. É relevante destacar que algumas famílias, registradas como agricultores familiares, ainda utilizam as vazantes ou as terras conhecidas pela comunidade como “Canto de Baixo”, para o cultivo de alguns alimentos para subsistência, como por exemplo: a mandioca, o milho, o feijão verde e a batata doce, além da produção das hortaliças e criação de animais. Desta forma, apesar da caracterização como comunidade tradicional pesqueira, na comunidade também existem famílias de agricultores familiares. Tal fato pode ser notado na fala da entrevistada representante da colônia de pescadores Z-32:

Além da pesca? A pesca, sempre foi a principal atividade. [...], mas vendem hortaliças, né? Para vender tipo coentro, alface, couve, cebolinha. Ainda tem algumas famílias que têm criação de ovelhas nas vazantes, isso tudo nas vazantes, porque dentro da rua não tem condições [...] em alguns cantos que a empresa não comprou, teve pessoas que resistiram ainda, por isso que as vazantes ainda existem. Que não venderam, porque plantava, porque tinha gado. Meu sogro é um que tem gado, não vendeu, porque na época ele plantava

(Entrevista realizada com a presidente da colônia de pescadores, em 11 de novembro de 2022).

Outra questão importante é o quantitativo de pescadores e pescadoras associados e registrados na colônia de pescadores Z-32 de Enxu Queimado. Constatou-se que atualmente existem registrados um total de 260 pescadores(as), sendo deste total 104 mulheres e 156 homens. Também aponta a entrevistada que “na comunidade pesqueira existem 32 embarcações que subsidiam o trabalho dos pescadores artesanais” (entrevista realizada com a presidente da colônia de pescadores em 11 de novembro de 2022). Mediante ao exposto, percebe-se que os dados quantitativos da colônia de pescadores Z-32 não correspondem aos dados do Cadastro Único, essa discrepância pode dar-se pelos critérios/objetivos de cada um deles. Sendo a filiação na colônia de pescadores obrigatória para acessar o seguro pesca, por exemplo. E por outro lado, a declaração de pescador ou pescadora no Cadastro Único implica em informar uma renda (mesmo que variável) sendo este um possível entrave para não acessar os benefícios sociais do governo federal, pelo critério renda.

### **Historicidade: conflito e r-existência**

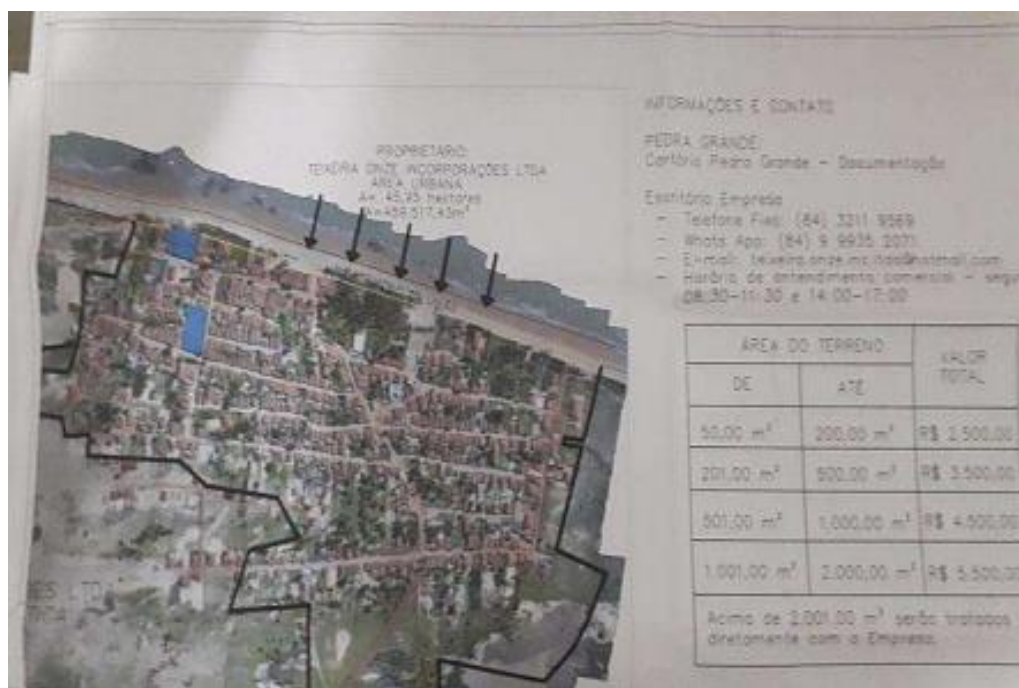
Desde os primórdios até o surgimento das grandes empresas no território, a comunidade considerava que levava uma vida tranquila e pacata, sobretudo no que diz respeito aos costumes, tradições e modo de vida. No entanto, os conflitos, com empresas do mercado imobiliário, na comunidade de Enxu Queimado iniciaram-se no ano de 2007, quando “aparece” uma organização do ramo imobiliário, denominada empresa Incorporadora Teixeira Onze, representada pelo empresário Italiano Marchello Giovannard (conhecido popularmente como “Grigo”), alegando ser “dono” de 184,766 hectares e afirmando que havia comprado as terras pelo valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais) da suposta herdeira da proprietária conhecida como Irmã Dulce (uma freira que havia passado pelas comunidades anos atrás). Na figura 1 apresentamos a imagem, com a demarcação da comunidade de Enxu Queimado realizada pela empresa Teixeira Onze.

De acordo com Jara *et al.* (2021) e De Dios (2010) os procedimentos para a apropriação da terra por parte dos empresários são diversos. Em alguns casos compram as terras das famílias tradicionais locais, por preços baixos, por aparecem como titulares de domínio, mas que não exercem a posse. Facilitando-se desse processo para a apropriação do território.

Em uma análise *in loco* o cenário do processo de expansão via mercado imobiliário no

município de Pedra Grande, especificamente na comunidade de Enxu Queimado, vai para além da lógica da apropriação da terra, sobretudo potencializada pelo violento processo de expropriação das riquezas e dos espaços de uso comum.

**Figura 1** - Demarcação Da Comunidade De Enxu Queimado Realizada Pela Empresa Teixeira Onze.



Fonte: Brasil de Fato (2022).

Não obstante, em 2020, houve uma segunda tentativa de apropriação do território tradicional de Enxu Queimado, quando outra empresa também do mercado imobiliário, denominada, Genipabu Hotel e Turismo - LTDA alega ser dona das terras de Canto de Baixo. A Genipabu Hotel Turismo LTDA, administrada pelo francês Patrick Daniel Muller e a brasileira Ana Maria Muller, moveu ação judicial de reintegração de posse na comunidade pesqueira de Enxu Queimado, obtendo recentemente o termo de reintegração de posse.

Mediante o ocorrido e em meio aos conflitos e ameaças dos direitos, um grupo de moradores/as se mobilizaram para estabelecer suas estratégias de enfrentamento ao avanço das empresas do mercado imobiliário sobre suas terras (criou-se um comitê gestor) e buscaram parceria com diversos atores, dentre eles pode-se citar (Quadro 1):

**Quadro 1** – Ações Coletivas.

Principais atores/parceiros nas ações coletivas
Coletivo de Mulheres Conquistando Autonomia
Colônia de Pescadores Z-32 de Enxu Queimado – Joel Vitor
Rede de Educadores Cidadã – RECID

Poder Público Municipal, Estadual e Federal
Coletivo Assessorias Cirandas
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Laboratório de estudos Rurais – LabRural
Mandato da Deputada Federal Natália Bonavides - PT/RN
Mandato da Deputada Estadual Isolda Dantas - PT/RN
Rede MangueMar Brasil
Movimento das pescadoras e pescadores artesanais – MPP
Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP
Serviço de Assistência Rural e Urbana – SAR

**Org.:** Autora (2022).

É relevante destacar que mediante a resistência da comunidade, no primeiro contato direto com os representantes das imobiliárias, os conflitos se intensificaram e a comunidade realizou a retirada das cercas, postas pelas empresas e ocupou o território demarcado pelos funcionários das imobiliárias, iniciando-se o “acompanhamento da resistência”, na propriedade conhecida como Canto de Baixo (Figura 02). Ressaltamos que essa área fica localizada na zona de expansão turística, mas afastada da comunidade. Segundo entrevista da integrante 01 do comitê gestor, a senhora Leonete Rosano, ao Jornal Brasil de Fato, em 2020, a empresa “usou de má fé e mapeou toda área como sendo Enxu Queimado, para pleitear na justiça o direito de reintegração de posse de uma terra que nunca foi usada por ela.” Pode-se observar, na Figura 2, os barracos construídos na formação do acampamento de resistência em Canto de Baixo.

**Figura 2** - “Barracos” do Acampamento da Resistência – Canto de Baixo em Enxu Queimado/RN.



**Fonte:** Arquivo pessoal da Autora (2022).

Em 2007, vislumbrou-se uma aparente vitória, por parte da comunidade, pois ocorreu um recuo da empresa cessando os conflitos diretos. Todavia, decorridos 13 anos, em junho de 2020, em plena pandemia causada pelo coronavírus (SARS-COV-19), onde os moradores estavam realizando isolamento e distanciamento social a comunidade é mais uma vez surpreendida com o retorno da empresa para reafirmar o “direito” sobre as terras que havia supostamente comprado. Desta vez a empresa fez questão de mostrar o documento de compra e venda das terras em questão e cobrava aos moradores o pagamento das áreas dos domicílios, além das áreas de uso comum, historicamente utilizadas para atividade da pesca, agricultura e criação de animais.

Com o agravamento dos conflitos, a comunidade passou a enfrentar diariamente ameaças de desapropriação e sofrer danos aos patrimônios ali construídos há décadas, como por exemplo: a derrubada dos “barracos” e a destruição das plantações. Pode-se verificar na fala da entrevista 03, integrante do comitê gestor (2022) os atos de agressão realizados por trabalhadores da empresa.

[...] Quando teve a agressão ao Seu Ramiro, a ameaça de derrubar as barracas, que teve uma parte que foi derrubada, outra parte foi queimada. A gente montou o acampamento lá [...] E foi agredido, também (Entrevista realizada com membro 03 do comitê gestor, em 16 de novembro de 2022).

Conforme corrobora Jara *et al.* (2021) e Gesteira (2009) a luta pela terra expressa-se nas demandas pela regularização da propriedade agrária e a resistência aos despejos, assim como os autores, acima citados, inferem sobre a realidade da América latina e do Brasil. Ao olhar para o Brasil e especificamente para comunidade de Enxu Queimado essa realidade não é diferente, o freio às expulsões se faz tanto mediante a legítima defesa de seus imóveis (neste caso “barracos” e casas) frente às tentativas de despejos violentos (com agressões físicas), como por meio de apresentações judiciais para o reconhecimento do direito de posses (de maneira habitual, utiliza-se usucapião).

Nesta perspectiva, adotou-se como estratégia a atuação em rede. Atores parceiros foram contatados por algumas lideranças da comunidade para ajudar na mediação dos conflitos (direito de permanecer em suas casas), para lutar pela regularização da terra, assim como também para mobilização da própria comunidade sobre o processo de desterritorialização que se iniciava (ver quadro 01 com os principais parceiros).

Conforme matéria do SAR - Serviço de Assistência Rural e Urbano (2022), no dia 11 de dezembro de 2020, em reunião local, no terminal turístico da comunidade, foi lançado pelo

Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado, no município de Pedra Grande – RN, a Campanha: “ENXU QUEIMADO EXISTE PORQUE PERSISTE”. A campanha tinha como missão: “Promover a defesa intransigente do território pesqueiro e as riquezas naturais da comunidade” e objetivava: fomentar uma agenda de desenvolvimento sustentável do território; despertar a consciência da comunidade das riquezas do lugar; promover a valorização da história e dos habitantes locais; fomentar o turismo de base comunitária, aventura e pesca e incidir para o reconhecimento de Enxu Queimado patrimônio material e imaterial de Pedra Grande-RN (SAR, 2022).

Diante disso, surgiram diversos parceiros para atuação direta e imediata, por exemplo o Coletivo Cirandas, em 2020, como a elaboração de projeto: “Enxu Queimado Existe porque Persiste”; o Laboratório de Estudos Rurais (LabRural-UFRN), em 2021, com projeto de Extensão Universitária: “A Resistência da Comunidade Pesqueira de Enxu Queimado/RN: cultura, identidade e direitos para o fortalecimento local”, assim como a orientação Jurídica, do mandato da Deputada Federal Natália Bonavides do Partido dos Trabalhadores (PT/RN), para o enfrentamento judicial do conflito vivenciado em defesa e permanência no território, assim a Rede Manguemar Brasil.

Mediante ação judicial, apresentado, em defesa da comunidade, obteve-se em novembro de 2021, por meio de decisão do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte a reintegração de posse da comunidade, garantindo então aos moradores o direito de permanecer em suas residências, no que compete à empresa Teixeira Onze.

Com relação a empresa denominada Genipabu Hotel Turismo LTDA, a comunidade continua lutando pela posse da terra, enquanto a empresa segue planejando executar o projeto de construção de um resort nas “terras solta – Propriedade Canto de Baixo”, alegando que este empreendimento vai gerar empregos e renda para os moradores e trazer progresso e desenvolvimento para a comunidade. A área de reintegração para implantação do resort, fica em uma propriedade rural de 14.442 hectares. O terreno pertencia ao agricultor Garibaldi Chianca de Carvalho e sua esposa Tânia Lídia de Souza Carvalho, ambos moradores do Recife, e foi vendido pelo valor de R\$300,000,00 (trezentos mil reais) à empresa Genipabu Hotel e Turismo. A seguir planta do lote, registrada no ano de 2006, anexada ao termo de reintegração de posse emitido pelo Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, Vara única da comarca de São Bento do Norte/RN (Figura 3).

**Figura 3** – Planta de lote da área de expansão imobiliária.



**Fonte:** Mandato de reintegração de Posse (2023)

Conforme Barbosa (2020), advogado do mandato da Deputada Federal Natália Bonavides do Partido dos Trabalhadores (PT/RN), descreve em matéria ao jornal Carta Capital todo o processo de luta e resistência inclusive o “progresso prometido” como fruto de uma escolha, de um futuro diferente do “progresso” propagandeado pela ganância destrutiva do capital.

Qual o futuro que espera um pescador que, tirando seu sustento da praia, é empurrado pelo poder econômico para locais distantes da fonte de sua sobrevivência? Afastar seus moradores originais, destruir vínculos comunitários e substituir espaços de lazer e moradia por resorts luxuosos pode ser considerado progresso? Na lógica predatória do capital, sim. Mas e na lógica da gente que vive, mora e trabalha na região? Gente cujas famílias estão há gerações no povoado? (Trecho retirado de entrevista ao Jornal Carta Capital, BARBOSA, 2020).

Neste sentido, pode-se citar Fernandes (2009), quando aborda as disputas territoriais pelas relações sociais e pelo controle dos diferentes tipos de território com olhar para classes sociais. Sendo o território, compreendido pelas diversidades e pelas conflitualidades das disputas territoriais. Compreendendo a expansão do capitalismo um fator para desterritorializar outras relações sociais e exterminar as relações não capitalistas por meio da espoliação. De modo que, pode-se inferir que os vínculos territoriais são resultantes das ações ou práticas sociais de condução e representação da vida, não podendo ser o conflito que envolve a questão territorial, estudada, resumido apenas a uma questão de área delimitada. Deve-se reconhecer

que a comunidade envolvida com o território possui mais do que a posse de uma área. Possui também, laços com aquele espaço, o meio e a paisagem, além de raízes históricas.

### **A formação do Comitê Gestor em defesa do Território Pesqueiro Da Praia De Enxu Queimado**

Em meados de julho de 2020, em plena pandemia causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), com o retorno da empresa Texeira Onze, ao território, desta vez, de forma agressiva fazendo uso das forças policiais, deu-se origem ao “Comitê de Defesa do Território Pesqueiro da Praia Enxu Queimado (figura 4), pois naquele momento a comunidade percebeu que estava prestes a perder suas moradias e precisavam se organizar para lutar por seu território. É relevante destacar que, em 2020, quando foi criado o Comitê, ele abarcou representantes de outros movimentos socioterritoriais já consolidados, da sociedade civil e do poder público, conforme descritos do quadro 01, com o objetivo de obter apoio na luta em defesa do território. Quando perguntada sobre as motivações para constituição do Comitê a entrevistada 01 respondeu:

No momento que a gente se sentiu ameaçado. Da empresa chegar com a documentação exigindo que a gente saísse, é que exige também que a gente pagasse os nossos cantos de casa. (Entrevista realizada com membro do comitê gestor em 30 de agosto de 2022).

Mediante relato, evidencia-se que a ameaça iminente, fortaleceu os vínculos comunitários, assim como aflorou o sentimento de pertencimento e marcou o início do processo organizativo, por parte das mulheres, para lutar e realizar ações de resistência em defesa do território. Destaca-se que na comunidade já existia um Coletivo denominado Mulheres Conquistando Autonomia, criado em meados de 2016 (oriundas de um grupo formado por mulheres da comunidade para realização de atividades formativas e de artesanato), no entanto, por ter seu objetivo voltado para atividades formativas ou realização de curso/oficinas, assim como a comercialização dos produtos, a comunidade percebeu a necessidade de se organizar, para discutir estratégias e realizar ações, assim como direcionar as formas mais adequada para resistir à arbitragem dos conflitos vivenciados com a empresa Texeira Onze e a ameaça iminente de desterritorialização, criando-se então o Comitê de Defesa do Território Pesqueiro da Praia Enxu Queimado.



**Figura 4** – Reunião do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado.



**Fonte:** Arquivo do comitê gestor em defesa do território pesqueiro da praia de Enxu Queimado, (2022).

Outro ponto em destaque é que, segundo relato da entrevistada 03, integrante do Comitê gestor (2022), mesmo o Comitê sendo formado pelas mulheres e abarcando outras representações, os moradores, se uniram e iniciaram o processo de constituição das provas contra a empresa (seja registrando os atos violentos, organizando documentos antigos, separando fotos antigas da comunidade, entre outras ações) e que, a partir da organização dos moradores, a luta vem sendo fortalecida. Tendo em vista que a comunidade continua organizada seja para a manutenção do acampamento de resistência ou frente aos processos judiciais em andamento.

No que dispõe aos mecanismos de mobilização e organização da comunidade, para constituição do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado, de início o grupo contou em sua formação com aproximadamente 20 integrantes representantes da comunidade, mas percebendo-se a necessidade de deliberações urgentes, e tendo como base a atuação histórica das mulheres, forma-se um núcleo menor, constituído por 10 mulheres tidas como lideranças da comunidade, sendo estas, em sua maioria, oriundas do coletivo de mulheres conquistando autonomia. Atualmente, o comitê gestor conta com 06 mulheres atuantes na articulação da defesa iminente do território.

Antes dessas mulheres de hoje (refere-se as mulheres da direção do comitê gestor) já existiam as mulheres que sempre estavam tomando a frente nas decisões de algumas coisas da comunidade. Os homens saíam para realizar as atividades de pesca no mar, enquanto as mulheres ficavam responsáveis pelos cuidados umas das outras, das próprias famílias e das outras que compõem a comunidade tradicional (RELATÓRIO DO PROJETO DE EXTENSÃO DA UFRN, 2021).

De forma resumida, pode-se inferir que foi primordial as ações em parcerias, com os diversos atores elencados no quadro 01 deste artigo, no entanto, esse protagonismo de atuação de forma autônoma, como sociedade civil, por parte das mulheres da comunidade foi fundamental, além da articulação com a colônia de pescadores Z-32 de Enxu Queimado, que ao elaborar o projeto intitulado: “Enxu Queimado Existe Porque Persiste, em parceria com o Coletivo Ciranda, auxiliou e apoiou a elaboração de estratégias locais de defesa do território. Desta forma, os momentos formativos, proporcionados pelos projetos (ora pela Universidade, ora pelas ONGs), assim como as demais ações que ocorrem paralelamente ao projeto, tiveram efeitos positivos na mobilização e conscientização da comunidade no que compete ao processo de luta e resistência para manutenção do território. Além do apoio do Mandato da Deputada Federal Natália Bonavides, que forneceu o Advogado.

Enfim, destaca-se que a constituição e a atuação do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado, assim como o apoio das parcerias foi e é de extrema importância para a comunidade, sendo fundamental até os dias atuais para a manutenção e defesa do território. Além disso, o Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado, liderado pelas mulheres, conferiu maior legitimação das decisões e se tornou o meio mais eficaz para fortalecer e reivindicar a permanência da comunidade no território tradicional ocupado por mais de 100 anos pelos moradores de Enxu Queimado.

### **Considerações Finais**

Este estudo, demonstra que o modelo de acumulação capitalista, não deve ser soberano, notou-se que ele estabeleceu conflitos e conflitualidades na comunidade tradicional pesqueira, localizada em Enxu Queimado/RN. Assim como, pode-se inferir que a especulação imobiliária no território pode-se configurar como a busca por novas parcelas do espaço disponíveis ao processo de acumulação. Desta forma, evidencia-se os desígnios e interesse da acumulação capitalista sobre os territórios tradicionais, somando-se os aspectos naturais, apresenta-se como um diferencial atrativo ao especulativo mercado imobiliário, em questão neste estudo.

Conforme posto por Gesteira (2009, p. 425) “a primazia da propriedade privada no modo de produção hegemônico é fundamental para analisar a reprodução do capital, tendo em vista que a apropriação do espaço, a partir da propriedade da terra não só persiste como se consolida a partir das contradições do capitalismo”. Todavia, a permanência, a resistência, assim como a luta constante das comunidades tradicionais, podem ser vistas como um entrave

para o avanço dos interesses do poder hegemônico nos territórios tradicionais. Sendo a organização das mulheres, as parcerias com as diversas instituições de apoio e a constituição do Comitê Gestor em Defesa do Território Pesqueiro da Praia de Enxu Queimado de fundamental importância, neste processo de resistência ao modelo de produção hegemônica, meio ao conflito e conflitualidades socioterritoriais evidenciados neste estudo.

Neste contexto, evidencia-se uma disputa territorial representada por dois modelos de desenvolvimento, sendo um representado pelos povos tradicionais que lutam e resistem pela garantia de seus direitos socioculturais e permanência em seus territórios e do outro lado o modelo de acumulação capitalista, representado, neste estudo, pelas empresas do ramo imobiliário, que chegou no território tradicional, sem diálogo, agredindo o meio ambiente e os animais, além de ter como objeto de conquista a desterritorialização as famílias, para acumulação capitalista.

Conclui-se com este estudo que as expressões das contradições do modelo de desenvolvimento capitalista, em questão, por meio da resistência exercida por esse coletivo de moradores exemplificam que o capitalismo não é uma totalidade e que dentro dele se manifestam outras relações sociais que não estão estruturadas na lógica da exploração da mais-valia e/ou na busca pela maximização dos lucros. Sendo o processo de organização, a luta e resistência dos povos tradicionais uma poderosa ferramenta para contrapor esse modelo hegemônico em curso.

### Referências:

BARBOSA, Gustavo Ferreira. **Enxu Queimado: uma comunidade de pescadores que resiste**. Carta Capital, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/enxu-queimado-uma-comunidade-de-pescadores-que-resiste/>. Acesso em: 28/08/2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL DE FATO: **A comunidade pesqueira acusa incorporadora de ameaças e destruição de barracos no RN**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/25/comunidade-pesqueira-acusa-incorporadora-de-ameacas-e-destruicao-de-barracos-no-rn>. Acesso em: 28 de Ago de 2022.

CECAD. **Cadastro Único Brasil, Ministério da Cidadania, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**, 2022. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab\\_cad.php](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php). Acesso em: 14 de nov de 2022.

DE DIOS, Rubén. **“Lineamientos para una política de reforma agraria en Santiago del Estero”**. Ponencia presentada en las Jornadas Bicentenario de la Revolución de Mayo.

Santiago del Estero: Universidad Nacional de Santiago del Estero. 2010.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina**. Revista NERA, v. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

FERNANDES, B. M. (2014). **Questão agrária e capitalismo agrário: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo**. *Reforma Agrária*, 35(2), 41-53.

FERNANDES, B. M. (2021). **Territórios de esperança e política agrária no Brasil**. In: CRUZ, Sandra Helena Ribeiro da et al. *Territórios de esperança: a conflitualidade como produtora do futuro / Organização: Sandra Helena Ribeiro da Cruz, Adolfo Oliveira Neto, José Sobreiro Filho, Cristiano Quaresma de Paula*. – Belém: UFPA, 2021. 258 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In: *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. In: **Marcos Aurélio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos 1.ed.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. **Analisando os conceitos de renda da terra e valor do solo a partir da lógica da especulação imobiliária: um estudo sobre o município de barra dos coqueiros/SE**. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia. v. 20, n. 72. Dez/2019.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano. TORRES, Fernanda Valeria. **Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada**. Revista NERA, v. 24, n. 57, p. 24-53, Dossiê I ELAMSS, 2021.

HERRERA, A. G. G., Jara, C. E., Habra, M. D. H. D., & Villalba, A. E. (2018). **Contracercar, producir y resistir. La defensa de los bienes comunes en dos comunidades campesinas (Argentina)**. *Eutopía. Revista de Desarrollo Económico Territorial*, (13), 137-155.

IBGE. **Cidades**. Pedra Grande, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pedra-grande/panorama>. Acesso em: 29/08/2022.

JARA, Cristian, Ramiro Rodríguez y Raúl Paz (2021). **“Os conflitos rurais na Argentina profunda: uma caracterização da luta pela terra em Santiago del Estero”** em *Territórios de esperança: a conflitualidade como produtora do futuro / Organização: S. Ribeiro da Cruz, A. Oliveira Neto, J. Sobreiro Filho, C. Quaresma de Paula*. – Belém: Universidade Federal do Pará (UFPA), pp. 74-88.

OLIVEIRA, A U de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009**. xi, 239 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2009.

RELATÓRIO. **RELATÓRIO DO PROJETO DE EXTENSÃO - EDITAL Nº 004/2020-PROEX/UFRN**. RELATÓRIO DA OFICINA 3: “Conflitos Fundiários no Território da

Pesca: A Fala dos Moradores de Enxu Queimado/RN". Natal, 2021.

RELATÓRIOS E-SUS. **Relatório Consolidado da Situação do Território** . Disponível em: [www.relatorioesus.com.br](http://www.relatorioesus.com.br). Acesso em: 14 de nov de 2022

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. EN: OSAL: Observatório Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun.2005- ). Buenos Aires: CLACSO, 2005-. -- ISSN 1515-3282 Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>. Acesso em 17 de junho de 2022.

SAR - **Serviço de Assistência Rural e Urbano**. Campanha: Enxu Queimado existe porque persiste, 2022. Disponível em: <https://sarrn.org.br/index.php/22-ultimas-noticias/11-campanha-enxu-queimado-existe-porque-persiste>. Acesso em: 22 de Ago de 2022.

SOBREIRO FILHO, José. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimentos: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses**. 2013. 546 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/96681>>.

### Sobre as autoras

**Miriam Moura Vital** - Sou Miriam Moura Vital, nascida em 1988, nas terras acolhedoras do Nordeste brasileiro. Minha jornada é entrelaçada com a busca pelo conhecimento e o compromisso com a transformação social. Atualmente, sou casada, mãe e trilho os caminhos acadêmicos como Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Atuo também como Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Prefeitura Municipal de Pedra Grande-RN, onde mergulho nas realidades da comunidade para contribuir com a construção de um ambiente mais justo, além de integrar a equipe do Laboratório de Estudos Rurais (LabRural) da UFRN, e da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios - REDE DATALUTA.

**Joana Tereza Vaz de Moura**- Graduada em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tem pós-doutorado em Sociologia, pela New York University (NYU). Atualmente é professora do Programa de Pós- graduação em Estudos Urbanos e Regionais, do Instituto de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora e pesquisadora do Laboratório de Estudos Rurais (UFRN) e pesquisadora da Rede DATALUTA.

Artigo recebido em 21-06-2023  
Artigo aceito para publicação em 20-08-2023